

GAZETA DO POVO

REVISTA



DUPLO DESAFIO

Rio Grande do Sul
acumulou R\$ 100 bilhões
em dívidas. Agora,
precisa lidar com a maior
tragédia da sua história

Formalidade, soberba e
enrolação: o relato de dois
dias entediante no STF

Corrupto na presidência e
totalitário no STF? EUA
estudam o Brasil

Índice

Editorial: A tragédia gaúcha, usada pelo “Ministério da Verdade” para calar os críticos 03

Guilherme Macalossi: No RS, o caos é absoluto, mas a esperança está nas pessoas 14

Deltan Dallagnol: Um corrupto na presidência e um totalitário no STF? O Congresso dos EUA estuda o Brasil 21

Endividado, Rio Grande do Sul precisa lidar com sua maior tragédia 35

Para conter gastos, ala do governo mira aposentadorias 50

Formalidade, soberba e muita enrolação: o relato de dois dias entediados no STF 59

A gestante que optou pela vida do bebê e foi salva por ele 85



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



O ministro da Secom, Paulo Pimenta, e o presidente Lula (PT). | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

EDITORIAL

A tragédia gaúcha, usada pelo “Ministério da Verdade” para calar os críticos

O “Ministério da Verdade” do governo petista – uma superestrutura que congrega vários ministérios e órgãos do Executivo para vigiar e

punir discursos que o governo considere desagradáveis – já está trabalhando com um novo alvo na mira: as críticas à atuação do poder público no socorro às incontáveis vítimas da enchente que atingiu a maior parte do Rio Grande do Sul nos últimos dias. O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, foi o responsável por colocar a máquina repressora em funcionamento, afirmando que a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União já estavam agindo para “combater fake news” sobre o resgate de vítimas e o envio de ajuda aos desabrigados.

Um ofício do ministro Pimenta a seu colega Ricardo Lewandowski, titular da pasta da Justiça e Segurança Pública – e que inclui a Polícia Federal – dá perfeita noção do ímpeto censor dos petistas. Entre o que Pimenta

descreve como “postagens relevantes” que mereceriam “ações (...) para proteger a integridade e a eficácia de nossas instituições” estão críticas ao número de militares deslocados ao Rio Grande do Sul, considerado pequeno em relação ao tamanho da tragédia e ao efetivo total das corporações, bem como à presença de políticos e da primeira-dama Janja da Silva no show da cantora Madonna enquanto os gaúchos sofriam com a enchente. Pimenta não gostou nada das comparações entre a ajuda estatal e o esforço da sociedade civil na ajuda às vítimas, ao citar no ofício a frase “impressionante como 90% dos vídeos que chegam do Rio Grande do Sul mostram apenas civis ajudando no resgate de vítimas”. Até uma crítica como “o ‘Estado’ como ente centralizador até agora só entregou dificuldade

e ineficiência” é considerada merecedora de “providências cabíveis” pelo ministro.



Em uma democracia digna do nome, opiniões como as que o governo agora deseja suprimir jamais estariam sujeitas ao escrutínio estatal, pois representam o exercício puro e simples da liberdade de expressão

Em que democracia do mundo tais afirmações poderiam ser consideradas “narrativas desinformativas e criminosas”, para usar uma frase do ministro logo no primeiro parágrafo de seu ofício? Em que país respeitador da liberdade de expressão uma autoridade pediria que publicações desse teor fossem submetidas a

apuração policial? Desde quando tornou-se crime criticar a atuação do Estado, afirmando que ela é lenta ou insuficiente? Ou considerar que certas autoridades deveriam estar próximas às vítimas, em vez de estarem aproveitando um megaespetáculo? Todas essas são opiniões que, em uma democracia digna do nome, jamais estariam sujeitas ao escrutínio estatal, pois representam o exercício puro e simples da liberdade de expressão. Pouco importa se tais opiniões são sensatas ou insensatas, justas ou injustas, corretas ou incorretas: importa apenas que elas estão protegidas pela Constituição e pela lei infraconstitucional, como a lei dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, que respeita o direito à “manifestação crítica aos poderes constitucionais”.

Aqui, é preciso recordar uma triste verdade: se um governo tem o despautério de propor um absurdo típico de ditaduras, por meio da repressão policial contra opiniões como as manifestadas acima, é apenas porque, de alguma forma, os ataques à liberdade de expressão foram normalizados ao ponto de Pimenta se achar no direito de fazer o que fez. Nos últimos anos, a sociedade brasileira, com algumas louváveis exceções, dormiu profundamente enquanto uma garantia fundamental protegida constitucionalmente passou a ser destruída pelo Poder Judiciário, ao qual se juntaram o Poder Legislativo (durante a pandemia de Covid) e o Poder Executivo (a partir de 2023). Ironicamente, em nome da “defesa da democracia”, ataques às liberdades democráticas foram tolerados e até aplaudidos, já que eles sempre tinham como alvo o “outro

lado”, aqueles de quem se discordava politicamente. E, como já lembramos em outras ocasiões citando o artista espanhol Francisco de Goya, o sono do país produziu o monstro da censura.

Neste sentido, também não há defesa possível para os pedidos de providências contra as poucas afirmações listadas pelo ministro e que poderiam, eventualmente, ser classificadas como fake news: as afirmações factuais sobre os efeitos da enchente e o envio de socorro. É o caso da informação, posteriormente desmentida, sobre mortos em uma UTI de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre; ou de que caminhões com mantimentos e água estariam sendo barrados por falta de nota fiscal, afirmação feita pelo senador Cleitinho Azevedo.

Diferentemente das opiniões, estas são afirmações cuja veracidade pode ser confirmada ou desmentida; mas, ainda que as informações acabem se revelando falsas, e mais: ainda que tenham sido disseminadas com má-fé, por quem sabia tratar-se de uma mentira, o governo recorre a métodos ilegais para perseguir os responsáveis pelas publicações. Afinal, não existe crime de fake news no ordenamento jurídico brasileiro e, como lembrou o jurista André Marsiglia, constitucionalista especialista em liberdade de expressão, as leis brasileiras como o Marco Civil da Internet já oferecem os meios para se lidar com esse tipo de publicação, dispensando o recurso à força policial; além disso, o governo tem seus canais de comunicação, que pode muito bem usar para restabelecer a verdade em

resposta a uma publicação comprovadamente falsa.



A perseguição desejada por Paulo Pimenta não tem relação alguma com a busca pela verdade ou com o bem do povo gaúcho. Trata-se apenas de proteger a reputação de um governo que não tem tolerância alguma para com a crítica

Totalitárias, portanto, a criminalização tanto das opiniões em relação à atuação do governo federal no socorro às vítimas quanto a criminalização de afirmações factuais que porventura sejam falsas. Não há crime, nem ofensa à honra nas publicações, como bem pode atestar qualquer brasileiro minimamente

familiarizado com toda a doutrina e a jurisprudência sobre a liberdade de expressão, construídas ao longo de décadas, com base em fundamentos sólidos de respeito à democracia, por mais que haja atualmente quem deseje substituir todo esse arcabouço por decisões repletas de clichês, negritos e exclamações.

No fim das contas, a perseguição desejada por Paulo Pimenta não tem relação alguma com a busca pela verdade ou com o bem do povo gaúcho. Trata-se apenas de proteger a reputação de um governo que tem muitos motivos para ser criticado, mas que não tem tolerância alguma para com a crítica e que deseja, como afirmou Marsiglia, “contar ao povo o que deve pensar a seu respeito”. Só o que importa é apertar ainda mais o garrote em busca do objetivo final, a supressão total de

qualquer contestação ao governo, a Lula e ao petismo, nem que para isso seja preciso instrumentalizar a tragédia vivida pelo Rio Grande do Sul. Já passou da hora de a sociedade civil organizada e a opinião pública despertarem deste sono que dura cinco anos. Os despertadores soaram muitas vezes ao longo desse tempo; que a vileza de Pimenta e seu Ministério da Verdade seja o último deles, acordando de vez todos os brasileiros para a importância de preservar a liberdade de expressão.



[Voltar ao índice](#)



Corpo de Bombeiros trabalha no resgate e ajuda a moradores no Rio Grande do Sul. | Foto: Lauro Alves/ Secom RS

OPINIÃO

Guilherme Macalossi

No RS, o caos é absoluto, mas a esperança está nas pessoas

Tudo o que se escuta em Porto Alegre são os helicópteros sobrevoando a cidade e o barulho

de viaturas da Guarda Civil, do Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil e Militar. Nas ruas, o fluxo de veículos contrasta pessoas tentando deixar a capital pelas poucas rotas disponíveis com veículos das Forças Armadas e reboques de voluntários transportando pequenos barcos e botes para serem usados no resgate de milhares de pessoas ainda ilhadas no teto de suas casas ou no alto de prédios atingidos pela cheia do Guaíba. Enquanto isso, o tecido social do Rio Grande do Sul se esgarça na medida em que o setor público é incapaz de oferecer uma solução ao caos crescente. A esperança, entretanto, se mantém nas pessoas.

Parte da região metropolitana da capital gaúcha virou terra de ninguém. Notadamente, os bairros ao norte de Porto Alegre e cidades com grande densidade populacional, como Canoas.

Grupos criminosos passaram a atuar livremente na região. Os assaltos ocorrem em meio a resgates. De tal forma que essas operações passaram a ser escoltadas. Na outra ponta, na região próxima da cidade de Viamão, o congestionamento quilométrico e os carros parados produzem alvos fáceis para os delinquentes, que atuam em meio à penumbra dos blecautes.



O que está claro, em meio a todas as perdas e todo o sofrimento, é que o povo decidiu salvar a si mesmo.

Com a água isolando regiões urbanas inteiras e tirando de lá seus moradores, casas e condomínios ficam à mercê de saques e arrombamentos. Criminosos usam as redes

sociais para fazer circular informações falsas sobre supostas ações da Defesa Civil, induzindo os que insistem em permanecer em seus lares ao risco de ações criminosas. A insegurança aumentou de tal forma que o governador Eduardo Leite requisitou o uso da Força Nacional. No X, antigo Twitter, o mandatário anunciou a chegada de 400 homens para reforço. Agora é necessário saber se serão suficientes.

Há inequívoca falência coletiva do aparato estatal em todos os níveis. E isso se constata na falta de qualquer plano de contingência, antes, durante e depois das chuvas torrenciais. E aqui com um agravante: havia ciência prévia da ocorrência continuada desses fenômenos meteorológicos, cada vez mais intensos e com janelas temporais cada vez mais curtas. Para se

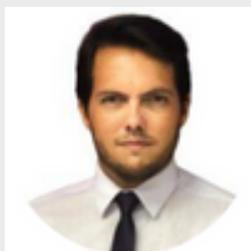
ter ideia, a referência de alagamento intenso em Porto Alegre datava de 1941. Agora a incidência se dá no período de meses. Não foi no século passado que o Vale do Taquari acabou devastado pelas cheias, mas em setembro de 2023.

Parte considerável do esforço de apoio consiste na mobilização de pessoas comuns, que se organizam de maneira espontânea e sem qualquer diretriz ou planejamento estratégico prévio das instâncias estatais. Jipeiros ajudam no transporte de voluntários e transitam por áreas que seriam inacessíveis sem veículos de grande porte. Entidades, grupos de amigos e pequenos empresários adquirem roupas, alimentos e auxiliam no amparo a resgatados. Moradores de outras regiões, principalmente de áreas litorâneas percorrem quilômetros de estradas entupidas de carros por caminhos

indiretos para acessar a capital com suas embarcações e usá-los para tirar pessoas ilhadas em real situação de risco.

Em 1940, quando a Europa já estava tomada pelo nazismo, o exército britânico, confinado na cidade portuária de Dunkirk, só foi salvo da aniquilação porque o povo foi instado por Winston Churchill ao resgate de seus compatriotas do outro lado do canal da Mancha. 300 mil soldados foram retirados, numa manobra depois descrita pelo então premiê como um “milagre”. A exortação ao senso comunitário e o voluntarismo ante a ameaça coletiva sempre foram forças poderosas de integração dos povos.

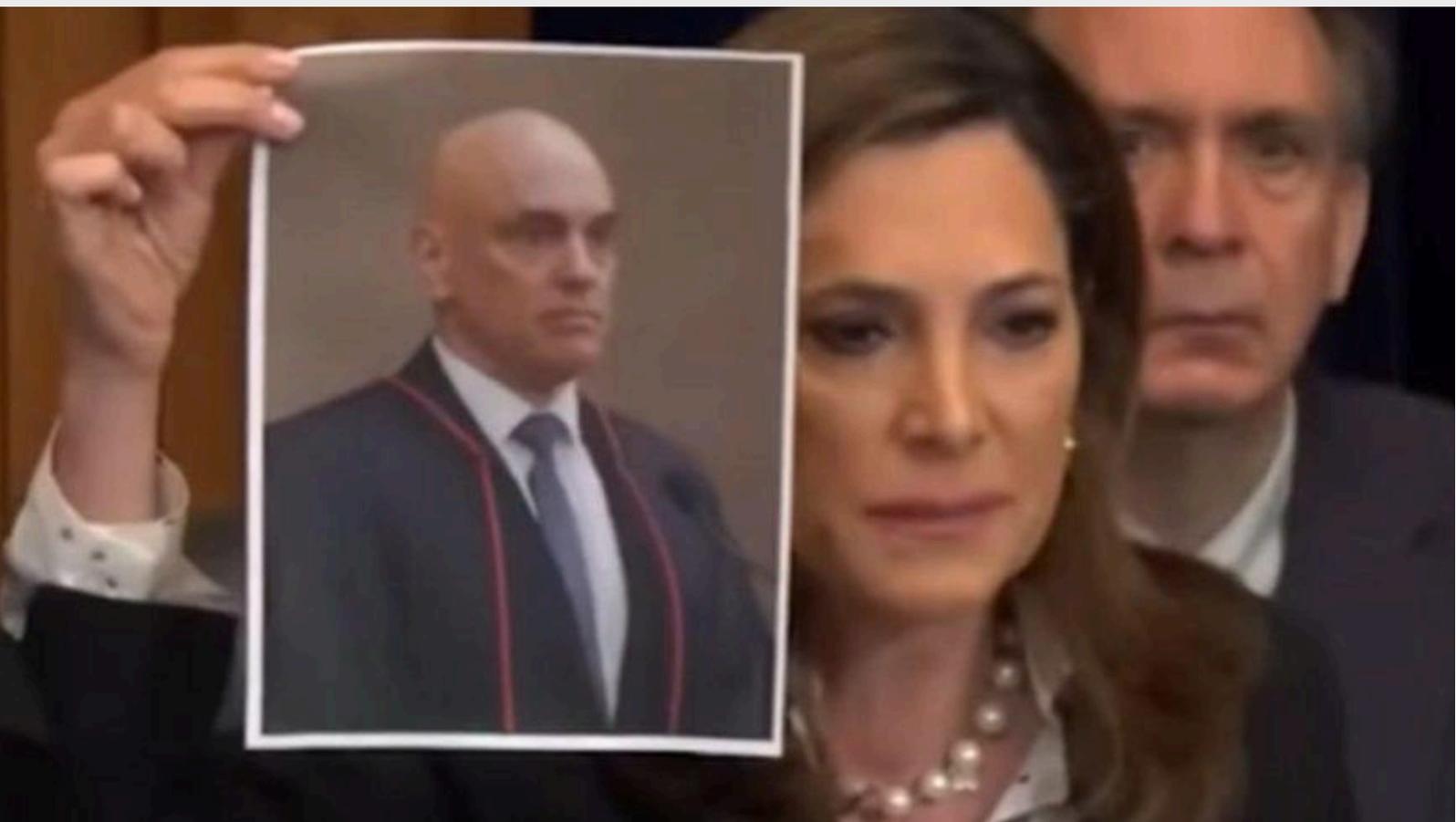
Não há de ser diferente em um Rio Grande do Sul em cenário de guerra, ainda que a adversidade aqui seja de outra natureza. O que está claro, em meio a todas as perdas e todo o sofrimento, é que o povo decidiu salvar a si mesmo. E vai o fazendo, mesmo que sob o titubear de autoridades vacilantes e do ressoar estridente das sirenes e das tormentas.



Autor: Guilherme Macalossi é jornalista, apresentador, redator e radialista. Formado em Direito, é apresentador do programa "Bastidores do Poder" e comentarista do "Jornal Gente", na Rádio Bandeirantes, e colunista do jornal "Band Cidade", na TV Bandeirantes. Na Gazeta do Povo já foi produtor do programa Imprensa Livre e de mini- documentários especiais. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Audiência pública no Congresso dos Estados Unidos | Foto: Reprodução/YouTube

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

Um corrupto na presidência e um totalitário no STF? O Congresso dos EUA estuda o Brasil

O dia 7 de maio foi catártico para centenas de milhares de brasileiros. Pela primeira vez, em

uma audiência pública no Congresso americano, três depoentes conseguiram expor o regime de censura e de abusos judiciais que vivemos hoje no Brasil: o fundador e CEO da plataforma de rede social Rumble, Christopher Pavlovski; o jornalista investigativo Michael Shellenberger, que foi quem primeiro divulgou os Twitter Files Brasil e o jornalista brasileiro Paulo Figueiredo. O quarto depoente, o acadêmico militante esquerdista Fábio de Sá e Silva, foi lá defender o governo Lula e o regime de censura dos ministros do Supremo.

Eu estava presente a convite da delegação de parlamentares brasileiros que foram a Washington, que contava com o senador Eduardo Girão e os deputados federais Eduardo Bolsonaro, Bia Kicis, Nikolas Ferreira, Cabo

Gilberto Silva, Gustavo Gayer, Filipe Barros, Marcos Pollon e Rodrigo Valadares.

Presentes, também, estavam algumas pessoas que sofreram com a censura ordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, cujas histórias eu tive a oportunidade de ouvir pessoalmente: o próprio Paulo Figueiredo, a ex-juíza Ludmila Lins Grillo e os jornalistas Allan dos Santos e Rodrigo Constantino, todos vivendo em exílio nos Estados Unidos. Estes quatro têm algo muito importante em comum: sofrem medidas cautelares (bloqueios de bens, cancelamento de passaporte, banimento das redes sociais etc.) por períodos que variam de vários meses a quase cinco anos, sem que jamais tenham sido acusados de nenhum crime, o que é assustador.

O primeiro a depor foi Christopher Pavlovski, fundador e CEO do Rumble. Ele se colocou como um dos poucos empresários do setor de comunicações com coragem de enfrentar as ilegalidades das decisões judiciais de Alexandre de Moraes - o outro, claro, é Elon Musk. Segundo Christopher, a Rumble recebeu ordens de derrubada de contas e perfis de influencers, jornalistas e cidadãos brasileiros que são idênticas às ordens enviadas ao X, reveladas nos arquivos do Congresso americano. A diferença é que logo que sua plataforma recebeu a primeira ordem, exigindo a derrubada das contas de Monark, a Rumble decidiu sair do Brasil, preferindo perder dinheiro a obedecer às ordens ilegais de Moraes.

Christopher deu uma aula sobre liberdade de expressão: “A liberdade de fala e a liberdade de

expressão são os pilares de uma sociedade democrática. (...) Liberdade de expressão é tão importante que não só é a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, mas também o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU. (...) Todos os regimes totalitários que esmagaram os direitos individuais buscaram controlar o que as pessoas podem dizer ou ouvir. Os bonzinhos nunca são as pessoas promovendo a censura. Se os Estados Unidos não defenderem a liberdade de expressão, quem o fará?” questionou aos congressistas americanos presentes.

Michael Shellenberger, que ao lado de Eli Vieira, aqui da Gazeta do Povo, e David Ágape, revelou os Twitter Files, foi ainda mais incisivo. “Hoje, o Brasil não é mais uma democracia liberal”, sentenciou. Michael acusou pessoalmente o

ministro Alexandre de Moraes de interferir diretamente nas eleições brasileiras ao exigir a censura, a desmonetização e o banimento de jornalistas independentes e políticos em grandes plataformas de redes sociais. Ele ressaltou que, atualmente, ninguém consegue trabalhar como um político ou jornalista sem ter redes sociais e que Moraes não está ordenando às redes que removam conteúdos ilegais, mas sim que certos usuários sejam banidos, de forma perpétua. Trata-se de um verdadeiro assassinato da persona digital. A censura é, assim, um grande serial killer que mata nossas vidas digitais e nossos direitos da personalidade.



Todos os regimes totalitários que esmagaram os direitos individuais buscaram controlar o que as pessoas podem dizer ou ouvir

“Alexandre de Moraes é obcecado em silenciar seus inimigos”, disse Michael Shellenberger, numa das melhores frases do dia. Outra frase, no entanto, foi a vencedora: a da deputada María Elvira Salazar, do Partido Republicano da Flórida, que durante sua fala segurou por diversas vezes uma foto colorida do ministro Alexandre de Moraes. Segundo ela, depois de pesquisar sobre o Brasil, ela infelizmente havia chegado à conclusão de que “o Brasil não só tem um criminoso condenado por corrupção política como presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, mas agora tem um operador totalitário como ministro do Supremo Tribunal, chamado

Alexandre de Moraes. Uau. (aplausos) Não há nada a celebrar. Pobres brasileiros. Eles merecem muito mais do que isso”. Você pode conferir esse momento épico aqui.

Durante o depoimento de Paulo Figueiredo, que expôs a perseguição que ele mesmo sofreu no Brasil após fazer críticas ao processo eleitoral, inclusive com o cancelamento de seu passaporte, um momento em especial se destacou para mim. A deputada Sydney Kamlager-Dove, do Partido Democrata da Califórnia, perguntou para Paulo Figueiredo se era verdade que ele era investigado pela Polícia Federal do Brasil por seu papel no 8 de janeiro. "Eu não sei", respondeu Figueiredo. "Não recebi nenhum aviso oficial". A deputada rapidamente o cortou e seguiu para a próxima pergunta, sobre um relatório da PF que o

menciona como um dos investigados em outro caso, mas ele disse: "Minha resposta é a mesma".

A resposta de Paulo Figueiredo é tudo o que você precisa saber sobre o estado da nossa democracia, ou da falta dela: como um cidadão pode ser investigado por anos a fio, ser mencionado como suspeito em relatórios da Polícia Federal, ter suas redes sociais derrubadas, suas contas bancárias bloqueadas, seu passaporte cancelado e apreendido e nunca receber um aviso oficial sequer do Estado, notificando-o para que possa apresentar sua defesa ou esclarecimentos? Como alguém pode viver com tantas restrições sobre seus direitos e garantias fundamentais sem que possa recorrer a alguém, ou sem sequer ter acesso aos autos, cobertos de segredo em sigilo? Pior: como pode

sofrer tudo isso por anos e nem ser denunciado pelo Ministério Público – o que indica que nunca existiram provas de crimes contra ele em primeiro lugar? Como alguém pode chamar um país em que tudo isso acontece de democracia?



Não há nada a celebrar. Pobres brasileiros. Eles merecem muito mais do que isso

Por último, tivemos o pior depoimento do dia: o do acadêmico Fábio de Sá e Silva, autor de um estudo que põe na Lava Jato a culpa do aumento dos ataques em redes sociais a ministros do Supremo. Sim, querido leitor, você não leu errado: segundo Fábio, até disso a Lava Jato é culpada. Quando Fábio deu uma entrevista à

Folha de S. Paulo falando das conclusões de seu estudo, eu o critiquei e o questionei no Twitter. Eu me dei ao trabalho de ler sua pesquisa e fiz um artigo aqui para a Gazeta do Povo, que você pode ler aqui, rebatendo cada linha do estudo, que é falho, omissivo quanto a inúmeros fatos e que se parece mais com uma teoria da conspiração da esquerda. Sabe qual foi a resposta do Fábio? Me deu uma carteirada em pleno Twitter, dizendo que ele escrevia para um grande jornal como a Folha de S. Paulo e eu escrevia “apenas” para a Gazeta do Povo, como se o próprio Fábio fosse superior a mim por isso.

Vou deixar vocês responderem ao Fábio nos comentários deste artigo qual jornal é melhor: a Folha ou a Gazeta. Divirtam-se!

Na audiência, Fábio ficou com a responsabilidade de defender a versão oficial dos fatos do governo Lula, da esquerda e dos ministros do Supremo. Ele repetiu a narrativa de que o Supremo salvou a democracia no Brasil ao expedir decisões contra o “autoritarismo” de Bolsonaro. Segundo ele, se não fosse essa reação do Supremo, Bolsonaro e seus apoiadores do 8 de janeiro teriam provavelmente dado um golpe de Estado no Brasil. Fora o caráter especulativo da opinião, a falha gigantesca no depoimento de Fábio esteve em omitir todas as ilegalidades que o Supremo cometeu em sua suposta “reação” aos bolsonaristas.

Fábio não contou aos congressistas americanos os vícios de origem do inquérito das fake news, aberto de ofício, com relator escolhido a dedo,

para investigar temas e não fatos, as investigações e processos contra pessoas sem foro privilegiado no Supremo, o que viola as regras legais de competência e do juiz natural, ou mesmo a ilegalidade nas ordens de censura de Moraes, que determinaram o banimento total das redes sociais do investigado e não apenas do conteúdo considerado ilegal. Não mencionou que tudo foi feito sem contraditório, sem ampla defesa, sem notificação, sem acesso aos autos, sem transparência. Comportamentos ilegais devem ser coibidos de maneira legal, e não com a prática de mais ilegalidades, como Moraes e o Supremo vêm fazendo; nada disso, no entanto, foi mencionado por Fábio.

Os depoimentos no Congresso norte-americano não vão transformar, magicamente, da noite para o dia, o cenário que vivemos hoje no Brasil. Contudo, pode nos conduzir a um ponto de

virada, pois pode incentivar a ação da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra os abusos estatais que vemos acontecer no país.



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam,

necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Vista aérea de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre: com dívidas de mais de R\$ 100 bilhões, Rio Grande do Sul agora lida com tragédia humanitária e prejuízo econômico. | Foto: Isaac Fontana/EFE

Contas públicas

Endividado, RS precisa lidar com sua maior tragédia

Por Célio Yano

Castigado desde a semana passada por inundações provocadas pelas fortes chuvas, o

Rio Grande do Sul ainda enfrentará o desafio de reerguer cidades inteiras com um quadro desastroso também em suas contas públicas. Sob um regime de recuperação fiscal desde 2022, o estado é considerado um dos mais deficitários do país e tem a pior nota (D) atribuída pelo Tesouro Nacional quanto à sua capacidade de pagamentos (Capag).

Os fatores que levaram a essa situação remontam ao período de quase cinco décadas, nas quais as contas estaduais apresentaram déficits recorrentes. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda (Sefaz) do estado, ao longo de 50 anos, entre 1971 e 2020, somente em sete as receitas foram maiores do que as despesas, o que acabou por gerar um passivo insolúvel.

Para conseguir manter a estrutura do estado funcionando apesar da sequência de resultados negativos, os déficits foram sendo cobertos por endividamento, por meio de operações de crédito ou emissão de títulos públicos.

Também ajudaram a contornar o problema receitas de privatizações, alienações de ações do banco do estado, antecipações tributárias, atrasos nos pagamentos de fornecedores e parcelamentos de salários e do 13.º de servidores. Ou seja, ao longo de décadas, o estado foi adiando a questão, sem encontrar uma solução definitiva.

Conforme o último relatório anual da dívida pública do Rio Grande do Sul, ao fim de 2022, o saldo – que inclui operações de crédito nacionais e internacionais, além de parcelamentos de precatórios, débitos

previdenciários e outras contribuições – alcançou R\$ 93,6 bilhões. Na próxima atualização, prevista para ser divulgada no fim de maio, o valor estará próximo de R\$ 102 bilhões.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, no terceiro trimestre de 2023, a proporção da dívida consolidada líquida (DCL) gaúcha sobre a receita corrente líquida (RCL) chegou a 185,4%, acima do patamar de alerta previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 180%.

Para se ter uma ideia, no Paraná – que além de estar na mesma região, tem níveis próximos de população, arrecadação e participação no PIB – a DCL é negativa. Ou seja, a dívida consolidada do estado é menor que sua disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros.

O baixo índice de crescimento econômico e o gasto excessivo com o funcionalismo público são as principais razões a conduzirem o Rio Grande do Sul a essa situação, explica o economista Gustavo Inácio, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Dados do Sistema de Contas Regionais (SCR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Rio Grande do Sul foi a unidade federativa com a segunda menor variação média do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2002 e 2021 (1,6% ao ano), à frente apenas do Rio de Janeiro (1,3%), que também está sob regime de recuperação fiscal.

A folha de pagamento do governo gaúcho, por sua vez, carrega, além de uma quantidade

excessiva de servidores, uma série de benefícios acumulados ao longo do tempo pelo funcionalismo. Inácio destaca que em todas as gestões do estado desde a redemocratização houve ampliação no quadro de funcionários públicos, sobretudo aqueles ligados à educação, saúde e segurança pública, porém sem um planejamento adequado.

“Há escolas no interior do estado com uma média de 15 a 20 alunos de ensino médio por sala. No Paraná, as turmas de ensino médio têm até 35 estudantes. Houve um planejamento em que se levou em consideração território em vez de a população”, explica o professor da PUCRS. Isso, segundo ele, independentemente de o governo de ocasião ser mais à direita ou mais à esquerda.

Desde 1982, ocuparam o Palácio Piratini Jair Soares (PDS), Pedro Simon (PMDB), Sinval Guazzelli (PMDB), Alceu Collares (PDT), Antônio Britto (PMDB), Olívio Dutra (PT), Germano Rigotto (PMDB), Yeda Crusius (PSDB), Tarso Genro (PT), José Ivo Sartori (PMDB) e Eduardo Leite (PSDB). O atual governador é o primeiro a exercer um segundo mandato no estado desde a redemocratização.

O aumento das despesas com pessoal em ritmo superior ao do crescimento das receitas correntes pesou fortemente na insustentabilidade fiscal do Rio Grande do Sul. Além disso, a elevada expectativa de vida da população gaúcha e o histórico de constituição da máquina pública, anterior à de grande parte dos demais estados, fez com que a fatia do Orçamento destinada à folha dos inativos hoje

supere a dos ativos em áreas como saúde e educação. Segundo a Sefaz, o déficit previdenciário ultrapassa os R\$ 10 bilhões anuais.

Nos últimos anos, o atual governo aprovou na Assembleia Legislativa um pacote de reforma administrativa que extinguiu diversos adicionais, como triênios, quinquênios e outras gratificações por tempo de serviço, além da incorporação de funções gratificadas às aposentadorias de inativos. “Tudo isso foi derrubado, mas, como são direitos adquiridos, vai levar algumas décadas para se manifestar na folha de pagamento”, diz Inácio.

A adesão ao regime de recuperação fiscal e outras medidas tomadas pelo atual governo, entre elas a instituição de um teto de gastos estadual, privatizações como a da Companhia

Riograndense de Saneamento (Corsan) e o aumento da alíquota modal do ICMS, permitiram que o estado obtivesse resultado primário positivo nos últimos três anos, interrompendo o longo histórico de déficits.

Acordos mal feitos pioraram situação fiscal do Rio Grande do Sul

Acordos controversos também contribuíram para o crescimento da dívida pública do Rio Grande do Sul. Em 1998, com uma dívida de cerca de R\$ 9 bilhões, o então governador Antônio Britto (PMDB) refinanciou o passivo com governo federal, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). À época, optou-se por utilizar o IGP-DI como indicador de correção, em vez do IPCA.

Nos 15 anos seguintes, no entanto, o IGP-DI registrou alta de quase 250%, enquanto o IPCA ficou pouco acima dos 150%. Em 2014, na gestão de Tarso Genro (PT), a então presidente da República Dilma Rousseff (PT) sancionou lei complementar que alterou o índice inflacionário para cálculo da dívida, passando a vigorar o IPCA.

No ano seguinte, o então governador José Ivo Sartori (PMDB) iniciou o mandato suspendendo, inicialmente de forma temporária, o pagamento da parcela da dívida com a União. A moratória acabou mantida por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de julho de 2017. Os desembolsos voltaram a ser feitos apenas em 2022, quando foi homologado o regime de recuperação fiscal do estado.

Para o professor da PUCRS, o acordo, assinado sob a gestão federal de Jair Bolsonaro (PL), em um ano de eleições presidenciais e governamentais, foi firmado em bases irrealistas.

O texto considera, por exemplo, um crescimento econômico médio do Rio Grande do Sul de 3% ao ano. “O Brasil não faz isso. É difícil imaginar que um estado que de 2002 a 2021 teve crescimento médio de 1,6% ao ano, o penúltimo dentre os estados brasileiros, possa crescer 3% ao ano”, diz. “Isso impacta no nível de receitas, se reflete no nível de despesas e a dívida vai tomando uma proporção maior dentro do orçamento estadual.”

Conforme o plano, as parcelas serão crescentes ao longo do tempo até atingir o valor máximo em 2032. “Para 2024, já se previa um

pagamento de R\$ 3 bilhões da dívida, o equivalente a R\$ 250 milhões por mês. Como referência, a folha de pagamento do estado gira em torno de R\$ 1,9 bilhão no ano.”

Governo federal suspende cobrança de dívida do RS até o fim do ano

A dificuldade em lidar com as contas públicas foi ressaltada por Eduardo Leite no domingo (5), durante uma entrevista coletiva. “O Rio Grande do Sul já é um estado que tem dificuldade para operar na normalidade por conta das restrições fiscais. O problema que a gente tem de dívidas contraídas ao longo de tempos aqui no estado já nos dificulta a ação em tempos de normalidade”, disse o governador.

Nesta terça-feira (7), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atendendo a pedido do

governo gaúcho, anunciou que apresentará um projeto para suspender o pagamento das parcelas mensais da dívida do Rio Grande do Sul até 31 de dezembro deste ano, em razão da calamidade provocada pelas chuvas no estado. “Fica a necessidade de se negociar um novo acordo com novos parâmetros”, avalia Inácio.

No mesmo dia, o Senado aprovou projeto de decreto legislativo que reconhece estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul e permite que os gastos com o socorro ao estado fiquem fora da meta fiscal.

O texto, que já havia sido aprovado na Câmara, será promulgado pelo Congresso, permitindo ao governo liberar créditos extraordinários destinados ao território gaúcho sem afetar as regras de contenção dos gastos públicos.

Com a destruição de grande parte do potencial produtivo do estado e a necessidade de reconstrução de cidades inteiras, a situação fiscal do estado tende a se agravar ainda mais.

Em 2023, o Rio Grande do Sul contribuiu com 6% do PIB nacional, ocupando a quinta colocação entre as unidades federativas com maior participação na atividade econômica. “O PIB do estado está concentrado na faixa Leste, que inclui litoral, região metropolitana de Porto Alegre e Serra Gaúcha”, explica o economista.

“Foi exatamente essa faixa a mais atingida pelas inundações, então dá para imaginar que a gente está falando de algo próximo de 5% do PIB brasileiro que está paralisado provavelmente pelo próximo mês”, diz.

Para o professor da PUCRS, a tendência apontada por climatologistas de eventos semelhantes mais recorrentes daqui para frente ainda deve gerar uma maior insegurança, elevando os custos de seguros para investimento em atividades no estado.

“Você pode ter um salto no crescimento econômico nesse momento de reconstrução, mas em geral você vai ter uma sinalização muito ruim para o estabelecimento de contratos”, diz.



[Voltar ao índice](#)



A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e ministra do Planejamento, Simone Tebet. | Foto: Roque de Sá / Agência Senado

Orçamento

Para conter gastos, ala do governo mira aposentadorias

Por Célio Yano

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, deu início nesta semana ao mais

novo embate público entre a equipe econômica e a chamada ala política do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No centro do conflito está a proposta de Tebet de desvincular do salário mínimo o piso de aposentadorias, pensões e outros programas sociais, como o abono salarial, o seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O plano não será formalizado de imediato. A ministra quer apresentá-lo ao restante do governo até o fim de 2025, segundo declarou ao jornal "*O Estado de S. Paulo*".

A dúvida é se o projeto sobreviverá até lá. Ele seria a primeira medida efetiva de contenção de gastos do atual mandato de Lula, algo muito cobrado de uma gestão que até agora só buscou aumento de arrecadação.

Se levado adiante, porém, o plano afetaria parte relevante da base eleitoral do presidente, que enfrenta queda de popularidade há alguns meses, segundo diferentes pesquisas.

Mexer na correção da aposentadoria e outros benefícios também contraria bandeiras históricas de Lula e do PT, defensores da expansão de gastos sociais e ações voltadas às camadas de renda mais baixa.

Os planos da ministra vão além: também está no radar a incorporação do Fundeb (fundo da educação básica) ao limite mínimo de gastos em educação, o que permitiria economizar recursos reduzindo-se outras despesas na área.

As medidas, ainda em estudo, seriam cruciais para a redução de gastos públicos “no atacado”,

comparou Tebet na entrevista ao jornal “*Valor Econômico*” em que externalizou a ideia. A reação da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, foi imediata: “Desvincular a Previdência do salário mínimo e incluir o Fundeb na conta do piso da Educação são ideias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022”, escreveu a deputada no X.

“Se adotadas, iriam prejudicar diretamente milhões de aposentados e alunos de escolas públicas, a população que precisa ser protegida pela ação do Estado, ações estas garantidas na nossa Constituição. É no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra Simone Tebet. Responsabilidade fiscal não tem nada a ver com injustiça social”, acrescentou.

A agenda também foi alvo de críticas de outros integrantes do governo. “Sou totalmente contra essa proposta, que acho absurda”, disse o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ao “*Estadão*”. “Se é para apresentar uma proposta dessas, vamos logo acabar com a política de valorização permanente do salário mínimo.”

Para o ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), a sugestão apresentada por Tebet não tem como prosperar. “Isso é tirar renda da parte mais pobre da população”, afirmou Lupi à mesma publicação. “Lutarei contra.”

Na primeira vez em que tocou no assunto, a ministra do Planejamento teria dito que, conforme estabelece a Constituição, proporia a correção das aposentadorias e demais benefícios pela inflação, segundo o “*Valor*”.

Ao “Estadão”, no entanto, ela garantiu que haverá aumento real, ainda que menor do que o do salário mínimo. “Eu não vou desvalorizar essas políticas, vou fazê-las crescer acima da inflação”, disse.

Segundo Tebet, um reajuste de R\$ 10 a R\$ 15 a menos de benefício individual pode levar a uma redução de R\$ 10 bilhões ou R\$ 15 bilhões em despesas, que poderiam ser realocados em outros programas. “É preciso garantir que, com isso, ninguém fique fora do Orçamento brasileiro ou da Previdência.”

Despesas na mira de Tebet consomem mais da metade do Orçamento federal

O Regime Geral de Previdência Social é hoje o maior gasto do orçamento do governo, sem

contar os juros da dívida pública. Em 2023, a rubrica consumiu R\$ 899 bilhões, o equivalente a 42,3% das despesas primárias da União. E mais de 60% dos benefícios previdenciários correspondem ao valor do salário mínimo.

Enquanto isso, BPC, abono salarial e seguro-desemprego responderam no ano passado por 7,8% dos gastos primários, ou R\$ 166 bilhões.

A política de ganho real, adotada nos primeiros governos do PT, foi retomada na atual gestão de Lula. Pela regra, todo mês de janeiro o salário mínimo recebe, além do repasse da inflação do ano anterior, um reajuste real equivalente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Embora estimule o consumo e o crescimento econômico, essa prática acelera alguns dos principais gastos do governo para além do permitido pelo arcabouço fiscal aprovado em 2023. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo eleva as despesas da União em R\$ 389 milhões.

Já a segunda proposta anunciada por Tebet, de incluir o Fundeb no cálculo do piso constitucional da educação, poderia redundar em um corte de até 1,8% das atuais despesas primárias. Pela Constituição, hoje o governo precisa gastar no mínimo 18% de sua receita líquida de impostos em educação. Fora isso, tem de abastecer o Fundeb, não é contado na regra.

Até 2020, a União participava com 10% do fundo, e os demais 90% vinham de impostos estaduais e municipais. Mas uma emenda constitucional aprovada naquele ano determinou a elevação gradual da fatia federal, que passou a 12% em 2021, hoje está em 19% e chegará a 23% em 2026.

A emenda impulsionou os gastos do governo com o Fundeb. Entre 2020 e 2023, eles saltaram de R\$ 15 bilhões para R\$ 37 bilhões. Nesses três anos, sua fração no bolo do orçamento mais que dobrou, passando de 0,8% para 1,8% das despesas primárias.



[Voltar ao índice](#)



Em 'STF: Como Chegamos Até Aqui?', Duda Teixeira resgata os princípios fundadores da Corte. | Foto: Albari Rosa/Gazeta do Povo

Artigo

Formalidade, soberba e muita enrolação: o relato de dois dias entediante no STF

Por Duda Teixeira

Autor, entre outros livros, do 'Guia Politicamente Incorreto da América Latina' (com Leandro

Narloch), o jornalista Duda Teixeira está de volta ao mercado editorial com ‘STF: Como Chegamos Até Aqui?’.

Lançada pela editora Avis Rara, a obra resgata os princípios fundadores do Supremo Tribunal Federal, sua trajetória desviante ao longo dos anos e seu caráter altamente elitista.

O trecho a seguir é a narrativa de dois dias seguidos na Corte — uma sucessão de formalidades injustificadas, discursos entediantes e nenhuma decisão realmente conclusiva.

Era quarta, 31 de maio de 2023. Policiais armados e com coletes à prova de balas da Polícia Judicial se posicionavam no entorno do prédio com vidros do Supremo Tribunal Federal, que fica de frente para a Praça dos Três

Poderes, com vista para o Palácio do Planalto e para o Congresso.

À frente, fica a estátua 'A Justiça', de Alfredo Ceschiatti. Com 3,30 metros de altura, a obra mostra uma mulher com os olhos vendados, representando a imparcialidade da Justiça.

Um gradil de metal, colocado um mês após os protestos de 2013, separa o prédio e a estátua do restante da praça desértica. Só há movimento em uma das laterais, onde cerca de 30 índios cantam e dançam.

Perto da uma hora da tarde, dois ônibus estacionam em um ponto coberto. Deles, descem estudantes do colégio Miguel de Cervantes, de São Paulo, cujas mensalidades do ensino médio são em torno de R\$ 7 mil.

Todos estão impecavelmente trajados — meninos de terno, gravata e sapato social, meninas de terninho ou vestido acompanhado de blazer ou casaco, como mandam as regras do tribunal. Eles são obedientes aos seus professores e permanecem próximos uns dos outros.

Na rampa de mármore que leva para a porta principal do Supremo, forma-se uma longa fila de pessoas para passar pelo raio-X, já dentro do prédio.

Nela, há curiosos, estudantes de direito, advogados, os alunos paulistanos e, por fim, os índios.

À esquerda de quem entra pela porta, há um quadro do pintor japonês Masanori Uragami,

que mostra um bandeirante preso ao solo com garras. Atrás, índios atados são conduzidos, fazendo trabalho pesado. Ao lado, uma mulher indígena amamenta uma criança branca.

O folder do STF distribuído aos turistas afirma que o propósito da obra é “traçar um paralelo entre as bandeiras de Fernão Dias Paes Leme, os desbravadores da Transamazônica e a fundação de Brasília”.

A poucos passos do quadro, uma pequena exposição temporária mostra uma cadeira queimada, um vaso quebrado e várias fotos do plenário em ruínas. Um texto na parede explica o seu propósito: “O dia 8 de janeiro de 2023 ficará gravado na memória da nação. Naquele domingo, o edifício-sede do Supremo Tribunal Federal foi depredado por centenas de pessoas.

As vidraças da fachada foram arrancadas, o prédio invadido e os ambientes totalmente destruídos. Mobiliários, itens de trabalho e objetos do acervo artístico e cultural foram saqueados e vandalizados. O país inteiro testemunhou a desordem que feriu a camada protetora de civilidade. A resposta da Suprema Corte, contudo, iniciada no dia seguinte ao episódio, pode ser resumida em duas palavras: paz e confiança”.

A placa segue falando da necessidade de ressignificar o “sombrio episódio do 8 de janeiro” para que esse dia não caia no esquecimento.

E termina com uma justificativa: “Com a apresentação de símbolos da destruição, o

projeto reafirma, de maneira definitiva, que a história da Suprema Corte é inquebrantável.”

Uma vez dentro do prédio, os visitantes se sentam nas duas áreas que ficam à esquerda e à direita da Corte.

O espaço do centro, que fica no topo da letra “U” formada pela mesa dos ministros, é reservado aos advogados que vão defender alguma causa.

Aqueles que irão fazer uma sustentação oral, falando em um púlpito de madeira, vestem uma beca preta comprida e se destacam dos demais.

Nas duas laterais, o povo se senta sob os olhares de seis seguranças com ponto eletrônico no ouvido.

Todos os que se acomodam são orientados a não falar no celular, não usar fone de ouvido, não tirar fotos ou vídeos durante a sessão e deixar o aparelho no mudo, para evitar qualquer barulho.

Em tom de camaradagem, um segurança conta que, uma vez, uma jovem foi chamada a deixar o espaço porque produzia muito ruído digitando no teclado do seu notebook.

Na parede de trás da Corte, há um painel de Athos Bulcão, feito em mármore bege-bahia.

No canto inferior direito de cada retângulo, há dois semicírculos em relevo, que indicam as três instâncias da Justiça no Brasil (o STF poderia ser corretamente considerado como a quarta).

O propósito, segundo se aprende no tour aos turistas em outro horário, é significar a igualdade da Justiça, que atende a todos de maneira indistinta.

O relógio digital mostra duas da tarde, hora marcada para o início da sessão. Mas a única movimentação é a dos assistentes de plenário, que se sentam na primeira fileira das cadeiras laterais e andam apressados com olhar para o chão.

Com salários de R\$ 18 mil reais, em média, esses empregados de luxo usam um pano preto pendurado na metade das costas. Daí serem apelidados de “capinhas”.

Sem uma formação específica, eles foram escolhidos por serem de confiança dos

ministros. Com esse único atributo, eles ganharam o direito de fazer parte da elite do funcionalismo público, na capital mais desigual do Brasil.

Dentro do plenário, fazem de tudo. Depositam os porta-lápis, copos de água e pilhas de folhas de sulfite impressas nas mesas dos ministros e na bancada que fica em volta. Um desses maços de folhas traz o nome de um escritório de advocacia na capa.

Das poltronas, os índios conversam em uma língua do tronco Jê. Há 19 kayapós, seis panarás e nove mundurucus.

Alguns viajaram por três horas de lancha voadeira, percorreram 280 quilômetros de estrada de terra, depois mais seis horas de

barco, para pegar um ônibus em Novo Progresso, de onde partiram para mais 44 horas de ônibus até Brasília.

Os cocares feitos com penas de arara em diversas cores indicam a família, a aldeia ou o grau de hierarquia do seu dono. Alguns receberam o adorno colorido como herança de alguém que morreu.

Todos são autoridades em suas respectivas aldeias. Eles foram até a capital do Brasil para acompanhar o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sobre a redução da área do Parque Nacional do Jamanxim, para a construção da estrada de trem Ferrogrão.

“Quando é para a luta, todos se dispõem a vir”, diz o presidente da tribo kayapó, Doto Takak Ire, que veste blazer azul, calça jeans e tênis.

“Para a gente, o STF tem muita importância. O presidente e o Congresso podem inventar leis inconstitucionais, mas aí a coisa para aqui no STF.”

O advogado dos índios passa à frente das fileiras e cumprimenta todos pelo nome, embora não fale o idioma das tribos. Para passar o tempo, os índios conversam entre si e mexem em seus celulares. Doto gosta principalmente de lutas de vale-tudo.

Na porta que fica do lado oposto à entrada do público, alguns ministros chegam em carros blindados. O espaço por onde eles caminham

está demarcado por organizadores de filas, e não há como contorná-los.

Outros ministros atravessam por um túnel com carpete vermelho e quadros com vários rostos estampados das turmas anteriores do Supremo.

Sem utilidade alguma, as montagens de fotos só servem para afagar o ego dos retratados. Ao final da passagem, eles entram em um elevador privativo, sem qualquer placa indicando que só ministros podem usá-lo.

A discriminação é velada. Quem se aventura a entrar no elevador é imediatamente repreendido por um segurança, sempre postado ao lado da porta.

Com meia hora de atraso, uma campainha toca e os seguranças fazem um sinal com a mão pedindo para que todos se levantem. Eles percorrem afoitos os corredores para garantir que todos entenderam a ordem.

Ninguém escapa da deferência obrigatória. Os capinhas sobem no tablado e se posicionam atrás das poltronas de couro caramelo.

Um a um, os ministros surgem pela porta de um dos lados do tribunal, como se saíssem das coxias de um teatro.

A primeira na fila é a presidente do STF, ministra Rosa Weber, que surge com um bóton amarelo escrito “STF: democracia inabalada”, vendido por R\$ 5 na livraria do Supremo.

Os capinhas puxam as poltronas e as empurram, para que os ministros possam se sentar. Apenas o ministro Alexandre de Moraes dispensa o mimo.

Todos têm direito a um capinha, incluindo o representante do Ministério Público (naquele dia, o procurador-geral da República Augusto Aras).

Quem inicia a sessão ao microfone é Rosa Weber, a presidente do STF. Ela faz menção aos estudantes do ensino médio do colégio Miguel de Cervantes.

“Não sei em que ponto do plenário eles se encontram. Sejam todos muito bem-vindos”, diz Rosa. Nenhuma citação é feita aos índios presentes.

Os ministros então começam uma longa digressão, em que cada um dá a sua versão sobre quantos anos e meses de cadeia o ex-presidente Fernando Collor de Mello deveria enfrentar.

A condenação do político já estava decidida, mas faltava estabelecer quanto tempo ele e mais dois envolvidos ficariam na prisão.

Uma decisão que os ministros bem poderiam ter tomado em uma reunião de 20 minutos toma várias horas, com vários deles explicando as razões para cada prazo, para cada um dos crimes, para cada um dos condenados.

O ministro Gilmar Mendes anuncia que iria simplificar o voto, embora me “encanta ouvir a minha própria voz”. O ministro Luís Roberto

Barroso comenta: “Não é algo incomum na comunidade jurídica”.

A sessão delongada entedia a todos. Aos poucos, em pequenos grupos, os estudantes deixam o prédio, silenciosamente.

Doto, o kayapó, não resiste e pega no sono. Imediatamente, um dos seguranças avisa outro funcionário que cutuca o índio e o manda sair do recinto. Não é permitido dormir no plenário.

Tudo o que acontece no espaço reservado ao público não é capturado pelas câmeras da TV Justiça, penduradas no teto.

O vídeo transmitido no YouTube só mostra os ministros, e as imagens são traduzidas para que possam ser compreendidas pelos cegos: “A

ministra Rosa Weber tem pele branca, cabelos loiríssimos, lisos e curtos. Usa óculos de armação clara. Veste um terno preto sobre blusa preta e um lenço estampado com cores fortes ao redor do pescoço”.

Quatro dias depois, o vídeo da sessão tinha obtido 441 visualizações, sendo que 18 pessoas apertaram no botão “Gostei”.

Enquanto o público se entedia, os capinhas veem fotos e vídeos nas redes sociais e escutam áudios dos grupos de família do WhatsApp. Eles não tiram os olhos das telas, porque é por ali que eles se comunicam com os ministros, que ficam a uma distância de 2 metros.

Em um dado momento, Gilmar Mendes envia uma mensagem para o seu capinha, que corre

para digitar a senha no notebook, ao alcance do braço do ministro.

Outro pega a xícara de café que um garçom traz, caminha três metros e a deposita na mesa do seu magistrado. O procurador-geral da República, Augusto Aras, mantém atuação discreta e não abre a boca durante a sessão.

Os votos de todos os ministros são lidos, e ninguém muda de opinião nos debates. É tudo mera formalidade. Como o tempo se delonga, Rosa Weber interrompe a sessão para um breve intervalo.

Novamente, todos na plateia são obrigados a se erguer para que as celebridades saiam.

No intervalo, capinhas aproveitam para trocar os copos de água cheios de alguns ministros por outros, igualmente cheios de água. Alguns depositam uma folha de guardanapo em cima do copo.

Outros abaixam a tela dos notebooks dos ministros. Trata-se de uma precaução extra, uma vez que uma película impede que a plateia veja o que eles estão escrevendo e lendo.

Mais de meia hora se passa e as excelências retornam, repetindo todos os rituais. O público é obrigado a ficar de pé e os togados entram em fila.

Devidamente sentados, com a ajuda dos seus capinhas, ministros trocam mensagens entre si

pelo celular e fazem gestos para saber se o outro entendeu a mensagem.

Desentendimentos na dosimetria da pena de Fernando Collor impedem que quem assista saiba qual foi o resultado final. De supetão, Rosa Weber encerra o julgamento.

“Senhores ministros, são 18 horas e sete minutos. Só me resta agradecer a presença de todos, senhores advogados, que pacientemente ao longo do julgamento nos assistiram porque realmente é uma questão complexa. Ação penal sempre envolve um tempo a mais. Agradeço a presença de todos os presentes.”

Rosa não dá qualquer palavra sobre os outros temas que estavam na agenda para ser debatidos, como a redução da reserva dos

indígenas. Os seguranças mandam que todos se levantem novamente, uma última vez, para acompanhar a saída dos magistrados.

Os ministros saem aos poucos, mas Rosa Weber e Alexandre de Moraes permanecem no plenário conversando. Apenas os dois falam baixinho.

Os índios do Pará, os advogados que vestem uma beca preta comprida e todos os demais ficam imóveis, de pé, olhando para os dois ministros conversando.

Por mais de cinco minutos, ninguém se senta. Ninguém fala. Todos os olhos perplexos se voltam aos dois ministros, indiferentes à realidade que os cerca. Sem qualquer pressa, eles também vão embora.

“Além de não decidir, não nos serviram café”, diz um dos índios ao advogado Melillo Dinis, que tinha se preparado para defender os indígenas.

“Isso causa muita indignação. É a terceira vez que eles vêm até Brasília e nada é decidido”, diz Melillo.

No dia seguinte, quinta-feira, 1º de junho, a sessão começa com o atraso de costume, em torno de meia hora. Rosa Weber anuncia que, por ocasião da visita do presidente da Finlândia, haverá um intervalo de 30 minutos.

Perto das quatro horas da tarde, ela e Aras recebem o chefe de Estado estrangeiro e sobem a escada para conversar no Salão Nobre. O

intervalo, contudo, demora uma hora e meia — três vezes mais que o anunciado.

Quando ela e Aras caminham pela lateral do plenário após o fim da recepção, para se encontrar com os demais ministros em outro salão antes de reiniciar a sessão, os seguranças ordenam que as pessoas sentadas no auditório se levantem.

Como eles passam caminhando rapidamente, pelo corredor lateral, todos ficam menos de um minuto em pé.

Os que demoraram mais para entender o que estava acontecendo permanecem poucos segundos erguidos. A cena chega a ser cômica, como no final de uma dança das cadeiras.

Os ministros retornam às cinco e vinte e seis da tarde, mas ficam pouco. Antes das seis horas, Rosa anuncia que o tempo está se esgotando. Estender as sessões para concluir as tarefas do dia é impensável.

Novamente, a sessão acaba e os demais temas que estavam na pauta vão para o limbo. Não há um novo agendamento. Ao final, os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes conversam entre si. Desta vez, as pessoas ficam em silêncio, de pé, por dez minutos, esperando que eles saiam. Sem qualquer esforço extra, é possível ouvir os ministros falando sobre lobbies no Congresso, multas milionárias e as ações do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Com os magistrados recolhidos novamente para a parte de trás do plenário, todos os que assistiam podem, finalmente, conversar, sentar ou sair. Como não há sessões às sextas, a semana de trabalho do tribunal mais importante do Brasil chegava ao fim. A história da Suprema Corte, como diz a mensagem na exposição sobre os Atos de 8 de janeiro, seguia “inquebrantável”. A democracia, segundo a frase no botão de Rosa Weber, permanecia “inabalada”.

Até o envio deste livro para publicação, em março de 2024, Fernando Collor ainda não tinha sido preso.



[Voltar ao índice](#)



Após um diagnóstico de um bebê com má formação, uma mãe descobre que sobreviveu justamente por estar grávida | Foto: Unsplash

Maternidade

A gestante que optou pela vida do bebê e foi salva por ele

Por Lorena Maria Lafraia*

Foi no ano de 2011 que a nutricionista Simone Marquesine e seu esposo receberam a notícia: estavam grávidos novamente! A alegria tomou

conta de toda a família e, principalmente, da filha mais velha, Maria Isabela, que na época tinha 3 anos de idade e estava ansiosa esperando por um irmãozinho.

A primeira ecografia aconteceu na 12^a semana de gestação, todos puderam ouvir o coração do bebê batendo, mas, enquanto fazia o exame, o médico mudou de expressão. Ele então quis saber se Simone e o marido tinham algum grau de parentesco, e ela respondeu que não. Em seguida, pediu que tirassem a Maria Isabela da sala para poderem conversar com mais tranquilidade.

Acontece que o exame mostrou que o bebê tinha uma má formação e a calota craniana não havia se fechado. O diagnóstico era de encefalocele

occipital, além de outras questões. “Parecia que havia perdido o chão. Uma tristeza profunda tomou conta do meu coração e tudo parecia uma mentira”, contou Simone, exclusivamente ao Sempre Família.

O bebê era um menino e, a partir daquele momento, recebeu o nome de Lucas, que significa luz.

Depois do resultado obtido, Simone foi até seu obstetra que lhe afirmou que, em 30 anos de medicina, aquele era o segundo caso que passava por suas mãos, e que o primeiro bebê não havia sobrevivido. Segundo o médico, Lucas ainda tinha, além da má formação cerebral, uma agenesia renal, espinha bífida e microcefalia.

Simone lembra que nas semanas que se seguiram, muitas pessoas questionavam a família, querendo saber o que iriam fazer. “Mas para nós não havia dúvida alguma. Sempre dizíamos que Deus havia nos dado o Lucas e somente ele nos tiraria”, afirma. “Imagina! Eu já havia ouvido seu coraçãozinho bater e, mesmo que não tivesse, não teríamos a coragem de fazer um aborto”.

Então, o combinado com o médico foi de que a gestação seria levada até a 38^a semana para que o pulmão do bebê já estivesse pronto para o nascimento e, assim, pudessem marcar uma cesárea. Só depois do parto é que os médicos veriam a possibilidade de uma cirurgia neurológica. Durante essa espera, Simone se

firmou em sua fé e no apoio dos amigos e familiares. Segundo ela, poder contar com as orações das pessoas de sua comunidade fez com que ela se sentisse confortada e compreendesse que, a partir daquele momento, eles não estariam mais sozinhos passando por tudo aquilo. “Além dos parentes, irmãos, amigos, sabia que Jesus estaria conosco até o fim”.

Até o nascimento do Lucas foram muitas incertezas, porque não havia como prever o que poderia acontecer.

O casal buscou acompanhamento de um neuropediatra e também de um geneticista. Novos exames foram feitos, mas nada explicava a condição do menino. “Foram nove meses em que pude amar e lutar pelo ‘Luquinhas’. Eu

ficava angustiada às vezes, ouvindo que ele seria incompatível com a vida, mas pedia a Deus que fizesse o melhor para ele”, conta Simone. “Claro, ouvi de algumas pessoas que era melhor abortar, mas ignorei. Jamais faria isso”.

“Foi seu bebê quem te salvou”

Quando estava entre a 35^a e 36^a semana de gestação, Simone começou a sentir muitas dores na perna e inchaço. O médico vascular lhe pediu um exame e o resultado trouxe outro susto: ela estava com trombose. A mãe foi internada imediatamente para uso de anticoagulante. Segundo o médico, os coágulos estavam próximos à virilha, um deles tinha uma extensão grande e estava em uma artéria próxima ao coração, mas não era possível saber o tamanho exato por conta do bebê.

Para a surpresa de Simone, o médico foi muito claro ao dizer o que salvou a sua vida até ali: a gravidez. “Ele me disse com essas palavras: ‘Seu bebê é quem te salvou, pois a gravidez fez pressão e impediu que o coágulo se deslocasse. No estágio em que você está poderia ser fatal a qualquer momento’”. Segundo ela, o que o médico vascular não sabia era que Lucas tinha uma má formação e que muitas pessoas haviam incentivado ela ao aborto.

Antes da cesárea – que seria de alto risco por conta de uma possível hemorragia –, Simone fez um tratamento de 20 dias, em que não podia sequer levantar-se da cama para que o coágulo não se deslocasse. Para Simone, foi um tempo de muita dor física, mas principalmente

emocional, por saber que talvez não tivesse seu filho com ela por muito tempo. “Durante aqueles dias, agradei muito ao Lucas por me salvar e também disse o quanto o amava, mesmo sem vê-lo”, conta.

O nascimento

Passado o tratamento, o parto do Lucas foi marcado para o dia 12 de maio, um dia antes do Dia das Mães. O menino nasceu com 1,8 kg e viveu 26 minutos. “Não consegui vê-lo pois, como o médico havia previsto, tive muita hemorragia e fiquei no Centro de Terapia Intensiva por quatro dias”, lembra Simone. “Minha mãe, minha sogra, uma amiga e meu esposo disseram que ele era lindo e perfeito, que visivelmente não tinha má formação”.

No CTI, Simone ainda dava forças para uma mãe que havia perdido sua filha. “Só podia ser Deus mesmo para me sustentar naquele momento”, afirma. Dois dias depois, o marido, alguns familiares e amigos fizeram o enterro do pequeno Lucas. “Com muita dor não pude participar desse momento também, pois estava fazendo transfusão de sangue, fiquei muito fraca por causa da hemorragia”. Foram 30 dias no hospital até que Simone se recuperasse e pudesse voltar para casa.

“Terminei a licença maternidade, tomei medicamento para secar o leite, fiz tratamento para a trombose, tudo com muita luta, mas com a maior certeza do meu coração: fiz o que era certo”, afirma Simone.

“Quem diria que anos depois eu iria contar essa história, próximo da mesma data, o Dia das Mães. Me emociono como se fosse hoje e me sinto muito honrada por Deus me escolher para viver essa história”.

Esse conteúdo originalmente foi publicado no portal Sempre Família em 9/5/2019



Voltar ao índice

PARA SE APROFUNDAR

- [Polzonoff: As Forças Armadas estão com a imagem na lama](#)
- [Bolsonaro 5 x 4 Lula: BC se divide sobre juro e indica rumo após saída de Campos Neto](#)
- [Proposta do novo Código Civil inclui regulação da internet brasileira com “padrão Moraes”](#)
- [Sleeping Giants, Instituto Marielle Franco, defesa das drogas: a grana de Soros no Brasil](#)
- [Anonimato e anarquia: por que um aplicativo está no centro da crise nas universidades americanas](#)
- [O que Barcelona fez após tragédia em 1995 para evitar novas inundações e mortes](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice